



TRAMA GOLPISTA

Para a Procuradoria da República, grupo elaborou um "plano progressivo e sistemático" para dar um golpe de Estado no Brasil



Mauro Pimentel/AFP
Braga Netto: integrante do Punhal Verde e Amarelo

Ton Molina/STF
Nogueira investiu contra urnas e nada encontrou

Rosinei Coutinho/SCO/STF
Heleno disse que algo devia ser feito antes das eleições

Rosinei Coutinho/SCO/STF
Garnier disse que estava com Bolsonaro no golpe

Rosinei Coutinho/SCO/STF
Ramagem: esquema para vigiar desafetos de Bolsonaro

Rosinei Coutinho/SCO/STF
Com Torres foi encontrada a minuta do golpe

Rosinei Coutinho/SCO/STF
Mauro Cid: delator de todo o esquema

PGR pede condenação de Bolsonaro e mais 7

» LUANA PATRIOLINO
» FABIO GRECCHI

Gustavo Moreno/SCO/STF



Bolsonaro é ainda é descrito no inquérito como o chefe da organização criminosa que tentou romper com a normalidade institucional do país

A Procuradoria-Geral da República pediu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a condenação de Jair Bolsonaro e mais sete ex-integrantes do seu governo por tramarem um golpe de Estado, depois das eleições de 2022, quando as urnas deram a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de agora, será aberto prazo de 15 dias para que as defesas dos réus apresentem seus argumentos em relação à decisão da PGR. Esta é a última etapa antes do julgamento pela Primeira Turma da Corte.

O parecer foi entregue após o fim do prazo de 15 dias concedido pelo relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes. Nessas alegações, a PGR apresenta sua versão dos fatos, reforçando argumentos para a condenação com base em provas, testemunhos e interrogatórios.

"O grupo, liderado por Jair Messias Bolsonaro e composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder nas eleições de 2022 e minar o livre exercício dos demais poderes constitucionais, especialmente do Poder Judiciário", diz o PGR na manifestação, para acrescentar:

"A denúncia não se baseou em conjecturas ou suposições frágeis. A organização criminosa fez questão de documentar quase todas as fases de sua empreitada. Assim, por exemplo, a denominada 'Operação 142' (alusão a interpretação equivocada do artigo da Constituição) foi

encontrada em pasta intitulada 'memórias importantes'. A instrução processual serviu para reforçar todos os manuscritos, arquivos digitais, planilhas, discursos prontos e trocas de mensagens sobre o plano de ruptura da ordem democrática apreendidos durante as investigações".

Além de Bolsonaro, fazem parte do chamado Núcleo Crucial da ruptura do Estado Democrático de Direito o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Alexandre Ramagem, deputado federal (PL-RJ) e ex-diretor da Agência Brasileira de

Inteligência (Abin); almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal; Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); general da reserva Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; e general da reserva Walter Braga Netto, vice na chapa do ex-presidente da reeleição.

Mais do que a tentativa de golpe de Estado, os oito respondem pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático

de Direito, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Sobre Bolsonaro, ainda pesa a acusação de liderar a organização criminosa.

Do Núcleo Crucial, cada um teve uma participação na trama, que favoreceria a permanência de Bolsonaro na Presidência da República. Entre os generais de Exército, Braga Netto estava na condução do plano Punhal Verde e Amarelo, cuja meta era matar Lula e o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, além do então presidente do

Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Moraes. Já Augusto Heleno participou da reunião de 22 de julho de 2022 e disse que "se tiver que virar a mesa, tem que ser antes das eleições". Paulo Sérgio, por sua vez, tentou emparelhar o TSE por supostas invasões às urnas eletrônicas e ao sistema de votação — mas nada encontrou.

O almirante Garnier é apontado por colocar a Marinha a serviço de Bolsonaro para uma possível quartelada. No caso de Ramagem, enquanto esteve à frente da Abin teria erguido um esquema paralelo

de espionagem contra desafetos de Bolsonaro e de críticos ao governo. Sobre Anderson Torres, uma cópia da minuta golpista foi encontrada entre documentos que mantinha em casa. No caso de Mauro Cid, além da delação, a Polícia Federal (PF) encontrou com a quebra dos segredos telemáticos várias indicações — cruzadas com outras investigações — que confirmam a trama em curso para impedir Lula de assumir a Presidência em 1º de janeiro de 2023.

De acordo com a manifestação da PGR, "as providências previam anulação das eleições, prisão de autoridades públicas e intervenção em tribunais. Os relatos assentaram que as medidas seriam assinadas tão logo obtido o apoio das Forças Armadas. Os comandantes foram claros ao confirmar terem sido instantaneamente pressionados, inclusive por meio de ataques virtuais, a aderir ao intento disruptivo".

Para a PGR, a última cartada do grupo golpista foi a invasão às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. "Importa refletir sobre o resultado final da empreitada golpista. Em de 8.1.2023, apoiadores de Jair Messias Bolsonaro, munidos de artefatos de destruição, avançaram sobre a Praça dos Três Poderes em marcha organizada. Ao incentivo de palavras de ordem, o grupo invadiu o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, depredando o patrimônio público, com o objetivo final de impor a instalação de um regime de governo alternativo, produto da deposição do governo legitimamente eleito e da abolição violenta do Estado Democrático de Direito".

Ex-presidente revisou a minuta

» VANILSON OLIVEIRA

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, reafirmou, em novo depoimento ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o ex-presidente participou diretamente da elaboração da "minuta do golpe". E apontou que o ex-assessor internacional da Presidência, Filipe Martins, apresentou o texto, depois de reuniões em que levou até mesmo um jurista ao Palácio da Alvorada.

Cid reafirmou que depois de ler o documento, Bolsonaro pediu modificações. "Esse documento, basicamente, era composto de duas partes. E coube a Martins realizar as alterações no documento final", apontou Cid. Na minuta, previa-se a anulação das eleições de 2022, convocação de novo pleito e prisão de autoridades.

O tenente-coronel detalhou o conteúdo do texto. Explicou que os "considerandos" mencionavam

supostas interferências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do próprio STF no processo eleitoral. "Esse documento era composto de prisão de autoridades e decretação de novas eleições e algumas medidas relacionadas às ações em torno disso aí", afirmou Cid, ao ser questionado diretamente pelo ministro Alexandre de Moraes.

O militar afirmou, ainda, que o plano original previa a prisão de ministros do STF, incluindo Moraes, e do então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o relato, Bolsonaro solicitou alterações para restringir a ordem apenas à prisão de Moraes.

Já o analista de inteligência Clebson Ferreira de Paula Vieira afirmou que a gestão Bolsonaro lhe pediu cruzamento de dados entre o desempenho do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e cidades com bom desempenho do PT e áreas dominadas por organização criminosa no Rio de Janeiro. Policial militar lotado



Esse documento era composto de prisão de autoridades e decretação de novas eleições e algumas medidas relacionadas às ações em torno disso aí"

Trecho do depoimento de Mauro Cid sobre a minuta do golpe

Coordenação-Geral de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ele afirmou que mantinha contato com a então esposa via WhatsApp para lhe contar "quando chegava algum tipo de demanda

com tipo de viés político-cognitivo referente a tentar ajudar o governo".

Em 21 de outubro de 2022, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, ele escreveu a ela que havia "surgido uma demanda daquelas, diretamente da diretora" e que estava "muito mal, mas tenho que acelerar". "Por mais discreto que possa ser esse pedido, lembro que tinha mencionado (a ela) que tinha chegado um pedido para tentar ver análise de correlação estatística da concentração de votos em territórios do CV (Comando Vermelho), no Rio de Janeiro, para saber se havia correlação, para ver se o Lula tinha maior concentração de votos em área dominada por facção criminosa", disse.

Ele negou que essa demanda tenha vindo da então superior, Marília Ferreira de Alencar (delegada e ex-diretora de Inteligência da Polícia Federal e ré na ação penal), mas "num bolo" de outras análises referentes ao segundo turno das eleições. Mas recebeu

Arthur Max/MRE



Segundo Cid, Martins levou a Bolsonaro a minuta golpista

duas demandas dela: uma sobre a análise (da votação) nas eleições e outra sobre o efetivo da Polícia Rodoviária Federal.

"A gente luta por uma atividade de inteligência imparcial, ética e quando vê pessoas com um mínimo de autoridade tentando destoar disso, a gente fica triste", explicou.

O analista reafirmou o que dissera em maio, quando arrolado

como testemunha de acusação no processo em que Bolsonaro é acusado de tentativa de golpe de Estado. Na ocasião, garantiu que recebeu encomendas de estudos sobre a distribuição de agentes da PRF às vésperas do segundo turno das eleições. Naquele pleito, os agentes da corporação fizeram batidas em locais que são redutos eleitorais de Lula. (Com Agência Estado)